

UNIOESTE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Processo Seletivo para Ocupação de Vagas Remanescentes nos Cursos de Graduação

— PROVOU 2018 —

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. PROVAS: Este caderno contém a prova de conhecimentos gerais do PROVOU 2018, referente ao curso de **Direito**, do *campus* de Marechal Cândido Rondon, 3º ano, sendo constituída de 20 questões. Cada questão tem cinco alternativas, das quais somente uma está correta.

2. CARTÃO DE RESPOSTAS: A partir das **14:00** horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.

3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS: Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.

4. PERMANÊNCIA NA SALA: É vedado sair da sala de provas antes das **15:00** horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às **17:00** horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.

5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO: Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas.

6. Verifique agora se a impressão deste caderno está em ordem e se contém as vinte (20) questões que deve conter. É de responsabilidade do candidato informar ao fiscal de sala os problemas de impressão para que ele providencie a troca de prova, caso contrário, não serão aceitas reclamações posteriores.

7. DECLARO TER RECEBIDO O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.

NOME DO FISCAL

ASSINATURA DO FISCAL

DIREITO. MARECHAL C. R. PROVA. PROVOU. 3ANO

1. No que concerne à interpretação do direito e ao método de interpretação pela lógica do razoável, assinale a opção CORRETA.	
A.	A aplicação do direito pressupõe a utilização do <i>lógos</i> do razoável, uma vez que os procedimentos decisórios não obedecem a qualquer tipo de predeterminação de seus conteúdos.
B.	Ao considerarem regras e princípios, aspectos pessoais e sociais, circunstâncias e finalidades, assim como ao analisarem o direito a ser aplicado no caso concreto, os juízes exercem atividade dedutiva.
C.	A segurança jurídica, objetivo superior da legislação, depende mais do processo lógico de interpretação das normas jurídicas do que dos princípios extraídos das normas escritas, considerando-se a roupagem mais ou menos apropriada como eles se apresentam.
D.	No que diz respeito aos resultados, a interpretação especificadora emana da própria lei ou ato normativo, surgindo do próprio poder que interpreta seu ato normativo.
E.	A interpretação lógico-sistemática investiga a finalidade da norma, aquilo que se busca servir ou tutelar, ou seja, consiste na investigação do fim ou da razão de ser da lei.

3. Para Konrad Hesse, as normas jurídicas e a realidade devem ser consideradas em seu condicionamento recíproco. A norma constitucional não tem existência autônoma em face da realidade, e a constituição não configura apenas a expressão de um ser, mas também de um dever ser. Assim, para ser aplicável, a constituição deve ser conexas à realidade jurídica, social, política. No entanto, ela não é apenas determinada pela realidade social, mas também determinante desta. Assim, é CORRETO afirmar que o texto acima aborda o princípio da	
A.	unidade da constituição.
B.	força normativa da constituição.
C.	conformidade funcional.
D.	concordância prática ou da harmonização.
E.	eficácia integradora.

3. A boa-fé, como cláusula geral contemplada pelo Código Civil de 2002, apresenta	
A.	como sua antítese a má-fé, sendo que esta tem a aptidão de macular o ato no plano de sua validade em razão da ilicitude de seu objeto.
B.	alto teor de densidade normativa, estreitando o campo hermenêutico de sua aplicação à hipótese de sua aplicação à hipótese expressamente contemplada pelo texto normativo, em consonância com as exigências de legalidade estrita.
C.	necessidade de aferição do elemento volitivo do agente, consistente na crença de agir em conformidade com o ordenamento jurídico.
D.	duas vertentes, isto é, a boa-fé subjetiva, que depende da análise da consciência subjetiva do agente, e a boa-fé objetiva, como <i>standard</i> de comportamento.
E.	indeterminação em sua <i>fattispecie</i> a fim de permitir ao intérprete a incidência da hipótese normativa a diversos comportamentos do mundo do ser que não poderiam ser exauridos taxativamente no texto legal.

4. Em 2015, Fernando celebrou pacto com a instituição Z visando dispor gratuitamente de seu corpo para pesquisas científicas após a morte. Dois anos depois, Fernando revogou o ato de disposição de seu corpo comunicando a instituição Z por meio de um correio eletrônico. Duas semanas depois Fernando veio a falecer. A instituição Z intentou ação judicial pleiteando o corpo de Fernando, alegando que o ato de disposição de corpo é irrevogável. Nos termos do Código Civil, assinale a opção que apresenta a solução jurídica adequada ao caso concreto.

A.	Fernando não poderia ter revogado tal disposição, pois o ato de disposição do próprio corpo é irrevogável.
B.	O ato de disposição do próprio corpo é revogável a qualquer tempo, razão pela qual a conduta de Fernando foi conforme o direito.
C.	A revogação poderia ocorrer, desde que houvesse aquiescência da instituição Z.
D.	A revogação é válida, contudo, por expressa disposição legal, só produz efeitos seis meses após o ato pela qual se fez.
E.	A revogação é inválida, pois não obedece à forma pública que deve revestir tal ato jurídico.

5. Uma célula de grupo terrorista detona uma carga explosiva em aeronave de matrícula brasileira, operada por empresa brasileira de transporte aéreo público, causando mortes e ferimentos em diversos passageiros. Esclareça-se que a aeronave decolou de aeroporto brasileiro e a explosão ocorreu por ocasião da chegada ao destino, em solo norte-americano, sendo que diversas vítimas haviam embarcado em escala no México. Em vista de tal situação e nos termos da legislação brasileira,

A.	a responsabilidade principal e de caráter objetivo é da empresa prestadora do serviço de transporte aéreo público, somente havendo responsabilidade estatal em caráter subsidiário.
B.	fica excluída a responsabilidade da União, haja vista que somente fatos ocorridos no território nacional são capazes de justificar a aplicação da responsabilidade objetiva nos serviços públicos.
C.	somente deve haver responsabilização da União em favor dos passageiros que embarcaram em solo brasileiro, caracterizada, no caso, a responsabilidade subjetiva por culpa do serviço, em razão da falha na prestação do serviço de segurança aeroportuária.
D.	não há responsabilidade estatal, visto que se trata de caso fortuito, circunstância excludente de responsabilidade, haja vista a inexistência de nexo causal entre o evento danoso e a conduta das autoridades estatais.
E.	aplica-se a teoria do risco integral, devendo a União indenizar os passageiros que tenham sofrido danos corporais, doenças, morte ou invalidez sofridos em decorrência do atentado.

6. Assinale a alternativa CORRETA com base nas assertivas abaixo.

A.	No crime comissivo por omissão ou omissivo impróprio inexistente o dever jurídico de agir, não respondendo o omitente pelo resultado, mas pela própria prática da conduta omissiva, podendo ser citado, como exemplo, o crime de omissão de socorro. Já no crime omissivo próprio, o omitente deveria e poderia agir para evitar o resultado.
B.	No crime omissivo próprio, o agente responde pelo resultado que deu causa. Já no caso do crime omissivo impróprio, este se aperfeiçoa com a simples omissão.
C.	Os denominados delitos omissivos próprios, como os omissivos impróprios ou comissivos por omissão, são considerados crimes de mera conduta, posto que a omissão não pode dar causa a qualquer resultado.
D.	O crime omissivo próprio, o omitente não responde pelo resultado, perfazendo-se o crime com a simples omissão do agente, podendo ser citado, como exemplo, o crime de omissão de socorro. Já no crime comissivo por omissão ou omissivo impróprio, o omitente deveria e poderia agir para evitar o resultado.
E.	Os denominados crimes omissivos próprios admitem tentativa.

7. A vista do ordenamento jurídico-penal brasileiro, e de acordo com a teoria finalista da ação, há crime doloso:	
A.	se o autor do fato, conquanto não deseje o resultado de dano ou perigo, esteja consciente de sua efetiva possibilidade e acredite poder evitá-lo.
B.	se o autor do fato, conquanto não deseje o resultado de dano ou perigo, produza-o por meio de ação ou omissão voluntária, ainda que inconscientemente.
C.	apenas se o autor do fato detiver, em relação aos elementos do fato típico, consciência atual (dimensão intelectual) e intenção de produzir o resultado (dimensão volitiva).
D.	imputável a pessoas jurídicas, em regime de <i>strict liability</i> , independentemente de participação do elemento humano.
E.	se o autor do fato, conquanto não deseje o resultado de dano ou perigo, esteja consciente de sua efetiva possibilidade, resignando-se com ela.

8. Eslow, holandês e usuário de maconha, que nunca antes havia feito uma viagem internacional, veio ao Brasil para a Copa do Mundo. Assistindo ao jogo Holanda x Brasil decidiu, diante da tensão, fumar um cigarro de maconha nas arquibancadas do estádio. Imediatamente, os policiais militares de plantão o prenderam e o conduziram à Delegacia de Polícia. Diante do Delegado de Polícia, Eslow, completamente assustado, afirma que não sabia que no Brasil a utilização de pequena quantidade de maconha era proibida, pois, no seu país, é um hábito assistir a jogos de futebol fumando maconha. Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a principal tese defensiva.	
A.	Eslow está em erro de tipo essencial escusável, razão pela qual deve ser absolvido.
B.	Eslow está em erro de proibição direto inevitável, razão pela qual deve ser isento de pena.
C.	Eslow está em erro de tipo permissivo escusável, razão pela qual deve ser punido pelo crime culposos.
D.	Eslow está em erro de proibição, que importa em crime impossível, razão pela qual deve ser absolvido.
E.	Houve, na hipótese, a ocorrência de uma discriminante putativa, razão pela qual será absolvido.

9. Sobre os elementos de conexão e as normas indicativas para resolução de conflitos na seara do Direito Internacional Privado, assinale a opção CORRETA.	
A.	Segundo a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país de nacionalidade dos cônjuges.
B.	No tocante aos contratos internacionais, a cláusula de eleição de foro prevalece mesmo em caso de competência exclusiva da justiça brasileira.
C.	As regras sobre o começo e fim da personalidade, o nome, a capacidade ou o direito de família de brasileiro que tenha outra nacionalidade originária, são determinadas pelo direito do país de local de seu nascimento.
D.	Ainda que o casamento seja realizado no Brasil, as formalidades de celebração e impedimentos do casamento devem levar em consideração a nacionalidade dos nubentes.
E.	No Brasil, no que diz respeito aos contratos internacionais, a regra de direito internacional privado que indica o sistema jurídico que será aplicado é a do local da celebração do contrato.

10. A respeito dos atos de cooperação jurídica internacional e de homologação de sentenças estrangeiras, assinale a opção CORRETA.	
A.	O Brasil somente poderá extraditar estrangeiros a Estados com quem mantenha tratados de extradição, sendo vedada a extradição mediante promessa de reciprocidade.
B.	Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é incabível a concessão de cartas rogatórias com conteúdo decisório.
C.	O indeferimento de pedido de homologação de sentença estrangeira impede a propositura de novo pedido, em função da coisa julgada.
D.	No caso de sentença estrangeira que regulamenta alimentos homologada pelo STJ, admite-se a superveniência de decisão posterior, pelo Poder Judiciário brasileiro, que disponha de forma diferente.
E.	De acordo com as regras atinentes à cooperação jurídica internacional, não se admite ao Superior Tribunal de Justiça a homologação parcial de sentença estrangeira.

11. Com relação aos tratados internacionais, assinale a opção CORRETA.	
A.	Para que tenham validade no âmbito do direito internacional, os tratados internacionais devem ser sempre aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU).
B.	No direito internacional público, a coação de um Estado pela ameaça ou emprego da força pode dar causa à nulidade absoluta de um tratado internacional.
C.	A entrada em vigor de um tratado internacional com mais de duas partes ocorre apenas a partir do momento em que todas as partes tenham concluído o processo de ratificação, não surtindo efeito para nenhuma delas antes que todas tenham concluído esse processo.
D.	Apesar de não ter ratificado a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, o Brasil observa seu conteúdo como costume internacional e, portanto, como fonte de direito internacional público.
E.	Quando assinado pelo Presidente da República, o tratado internacional cria obrigações jurídicas para o Brasil a partir do momento da assinatura, sendo dispensada, apenas neste caso, a ratificação.

12. Lavanderias Roupa Limpa Ltda. (“Roupa Limpa”) alienou um de seus estabelecimentos comerciais, uma lavanderia no bairro do Jacintinho, na cidade de Maceió, para Caio da Silva, empresário individual. O contrato de trespasse foi omissivo quanto à possibilidade de restabelecimento da “Roupa Limpa”, bem como nada dispôs a respeito da responsabilidade de Caio da Silva por débitos anteriores à transferência do estabelecimento. Neste cenário, assinale a afirmativa CORRETA.	
A.	O contrato de trespasse será oponível a terceiros, independente de qualquer registro na Junta Comercial ou publicação.
B.	Caio da Silva não responderá por qualquer débito anterior à transferência, exceto os que não estiverem devidamente escriturados.
C.	Na omissão do contrato de trespasse, “Roupa Limpa” poderá se restabelecer no bairro do Jacinto e fazer concorrência a Caio da Silva.
D.	Não havendo autorização expressa, “Roupa Limpa” não poderá fazer concorrência a Caio da Silva, nos cinco anos subsequentes à transferência.
E.	A cláusula da não concorrência somente será válida se prevista no contrato.

13. Maria, empresária individual, teve sua interdição decretada pelo juiz a pedido de seu pai, José, em razão de causa permanente que a impede de exprimir sua vontade para os atos da vida civil. Sabendo-se que José, servidor público federal na ativa, foi nomeado curador de Maria, assinale a afirmativa CORRETA.	
A.	É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria; porém, diante do impedimento de José para exercer atividade de empresário, este nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
B.	A interdição de Maria por incapacidade traz como efeito imediato à extinção da empresa, cabendo a José, na condição de pai e curador, promover a liquidação do estabelecimento.
C.	É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria antes exercida por ela enquanto capaz, devendo seu pai, José, como curador e representante, assumir o exercício da empresa.
D.	Poderá ser concedida autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria, porém ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que Maria já possuía ao tempo da interdição, tanto os afetados quanto os estranhos ao acervo daquela.
E.	Não é possível a concessão de autorização judicial.

14. Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização	
A.	deverá recair primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.
B.	dos sócios restringir-se-á aos valores de suas quotas de capital.
C.	será solidária em face da não integralização total do capital social.
D.	será do sócio administrador, em razão de suas atribuições sociais.
E.	dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.

15. Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. Esse é o princípio da	
A.	inclusão obrigatória, decorrente da dignidade humana e do mínimo existencial, tratando-se de princípio constitucional e, simultaneamente, infraconstitucional do processo civil.
B.	vedação a tribunais de exceção ou do juiz natural, tratando-se apenas de princípio constitucional do processo civil.
C.	legalidade ou obrigatoriedade da jurisdição, tratando-se apenas de princípio infraconstitucional do processo civil.
D.	reparação integral do prejuízo, tratando-se de princípio constitucional e também infraconstitucional do processo civil.
E.	inafastabilidade ou obrigatoriedade da jurisdição e é, a um só tempo, princípio constitucional e infraconstitucional do processo civil.

16. A respeito da parte geral do CPC de 2015 e das suas normas fundamentais, assinale a alternativa CORRETA.	
A.	A solução consensual dos conflitos, apesar de permitida pelo CPC, não é incentivada nem considerada como papel fundamental do Poder Judiciário.
B.	É direito das partes obter a solução integral do mérito, o que se considera cumprido sempre ao final da fase de conhecimento do processo civil.
C.	Não pode o juiz, em grau algum de jurisdição, decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
D.	De acordo com o CPC, a cooperação processual é norma que vincula apenas as partes que integram a relação jurídica processual.
E.	Em nenhuma hipótese pode o juiz proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, o que demanda revisão de temas do direito processual, como tutela provisória.

17. Com relação à função jurisdicional, as assertivas abaixo estão corretas, EXCETO:	
A.	a impossibilidade jurídica do pedido é uma das condições da ação.
B.	a jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional.
C.	para postular em juízo, é necessário ter interesse e legitimidade.
D.	ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
E.	é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

18. Suponha que um indivíduo, suspeito de sonegar impostos, esteja sendo investigado pela Receita Federal do Brasil. A esse respeito, assinale a opção CORRETA, à vista do que dispõe a Constituição Federal.	
A.	A pedido da autoridade fazendária, o Ministério Público pode determinar a interceptação das ligações telefônicas do suspeito, desde que haja indícios fortes da prática do delito.
B.	A autoridade fazendária pode determinar a quebra do sigilo bancário e das comunicações telefônicas do investigado, se isso for necessário para a apuração do ilícito.
C.	Durante o processo administrativo, antes da imposição de punição ao indivíduo, este deverá ser ouvido e as razões que fornecer deverão ser ponderadas pela autoridade, mesmo que a Administração já disponha de fortes evidências do ilícito.
D.	A autoridade fazendária pode determinar a realização de busca e apreensão de documentos no domicílio ou no local de trabalho do suspeito, com o propósito de colher provas do delito.
E.	A autoridade fazendária pode valer-se de provas obtidas ilicitamente para impor sanções de ordem administrativa ao contribuinte, uma vez que a proibição constitucional de uso de provas ilícitas diz respeito apenas ao processo civil e ao penal, mas não ao processo administrativo.

19. No atinente às competências estaduais materiais, estabelecer normas orçamentárias, desde que respeitadas as normas gerais expedidas pela União, elaborar suas leis orçamentárias, realizar despesas e aplicar recursos, é classificada como	
A.	competência econômica.
B.	competência social.
C.	competência administrativa.
D.	competência financeira.
E.	competência tributária.

20. Por motivo de convicção filosófica, Sócrates, convocado para prestar serviço militar, recusa-se a fazê-lo, negando-se também a cumprir prestação alternativa atribuída pelas Forças Armadas, na forma da lei, como prevê o § 1º do art. 143, da Constituição Federal. Para justificar sua conduta, afirma que a Constituição Federal acata, nesse caso, a objeção de consciência, sem prever sanção para o objetor. Sócrates está enganado, pois a Constituição	
A.	inclui a hipótese figurada entre as que provocam perda dos direitos políticos.
B.	não admite a objeção de consciência.
C.	admite a objeção de consciência apenas por motivos de crença religiosa.
D.	admite a objeção de consciência somente para dispensar o objetor da obrigatoriedade do voto.
E.	prevê, para a hipótese figurada, a detenção do objetor em dependências das Forças Armadas.